

MICHAEL DE JESUS

Procurador do Município de Guarujá – SP

Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP

Professor assistente na graduação do curso de Direito da PUC-SP

DIREITO PORTUÁRIO NO BRASIL

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2018
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

MICHAEL DE JESUS

Direito Portuário no Brasil

São Paulo: Quartier Latin, 2018.

ISBN 85-7674-966-1

1. Direito Portuário. 2. Lei dos Portos. 3. Concessão.
4. Autorização Portuária. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Antonio Marcos Cavalheiro

Revisão gramatical

Ronaldo Santos Soares

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

1138663

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Prefácio por Clovis Beznos.....	13
Posfácio por André Castro Carvalho.....	175
Apresentação por Jacintho Arruda Câmara.....	15
Nota do Autor.....	19
Lista de Siglas.....	23

Introdução, 25

1. Desenvolvimento Histórico da Legislação Portuária Brasileira, 33

1.1. Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas: o primeiro momento do setor portuário no Brasil.....	35
1.2. Período republicano.....	39
1.2.1. O setor portuário após a Constituição de 1934.....	39
1.2.2. Brasil, ame-o ou deixe-o: a era Brás.....	41
1.3. Mudança de paradigmas no setor portuário: fim do século XX – a Lei n. 8.630/1993 e o novo cenário portuário.....	43
1.4. Século XXI – Lei n. 12.815/2013.....	44
1.4.1. Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ.....	46
1.4.2. Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR.....	47
1.5. Considerações gerais sobre o histórico legislativo do setor portuário no Brasil.....	47
1.6. Tratamento constitucional da atividade portuária.....	52

2. A Nova Lei de Portos: Aspectos Gerais, 55

2.1. Porto organizado.....	57
2.1.1. Conceito de porto organizado.....	59
2.1.2. Delimitação da poligonal do porto organizado.....	63
2.2. Títulos habilitantes para a exploração portuária no interior do porto organizado.....	78

2.2.1. Noções gerais	78
2.2.2. Concessão portuária.....	82
2.2.2.1. Definição de concessão portuária.....	82
2.2.2.2. Elementos da concessão portuária.....	83
2.2.3. Arrendamento portuário	87
2.3. Contratos portuários no interior do porto organizado	88
2.3.1. Visão contemporânea dos contratos administrativos: noções gerais	88
2.3.2. Apontamentos gerais sobre a equivalência contratual nos contratos administrativos de longa duração	95
2.3.3. Contrato de concessão portuária	99
2.3.3.1. Do prazo de vigência	99
2.3.3.2. Modalidade licitação e critério de julgamento	101
2.3.3.3. Objeto da concessão.....	101
2.3.3.4. Remuneração do concessionário	102
2.3.3.5. Regime jurídico dos bens envolvidos	105
2.3.4. Contrato de arrendamento portuário	106
2.4. Arbitragem no setor portuário	107
2.4.1. Aspectos iniciais.....	107
2.4.2. A arbitragem no setor portuário e suas hipóteses diante do Decreto n. 8.465/2015.....	109
2.4.3. Condições para a arbitragem.....	111

3. Autorização Portuária, 115

3.1. Autorização portuária: noções elementares	117
3.1.1. Conceito	117
3.1.2. Autorização portuária e contrafações administrativas	122
3.1.3. Espécies de instalações portuárias sujeitas à autorização.....	128
3.1.4. Aspectos formais da autorização portuária.....	128
3.1.5. Regime jurídico de direito privado.....	129
3.1.6. A inexistência do manuseio de carga própria no interior dos terminais	141
3.1.7. Procedimento público para escolha do autorizatário.....	143
3.1.8. Liberdade para fixação de preços pelos serviços prestados.....	144
3.1.9. Regime de contratação de mão de obra.....	145
3.1.10. Prazo para início das operações nas instalações portuárias.....	146
3.1.11. Prazo de vigência dos contratos de adesão e demais elementos... ..	147
3.1.12. Não obrigatoriedade da amortização dos bens empregados para instalação do terminal portuário e não reversão em favor da União	148

4. A Concorrência no Setor Portuário, 153

4.1. Assimetria regulatória e concorrência no ambiente portuário.....	155
4.1.1. Processo licitatório adequado para outorga de arrendamento e concessão portuária.....	165
4.1.2. Revisão do modelo de contratação de mão de obra na área do porto organizado.....	167
4.1.3. Promoção de política tarifária módica.....	169
4.1.4. Estudo detalhado sobre as hinterlândias.....	170
4.1.5. Medida repressiva contra abuso econômico no setor portuário.....	170
4.1.5.1. A competência setorial da ANTAQ e a competência do CADE.....	172
Posfácio	175
Referências	177